

**A BIOPOLÍTICA DO RISCO E O DISCURSO NEGACIONISTA  
SOBRE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19**

**RISK BIOPOLITICS AND DENIALIST DISCOURSE  
ON COVID-19 VACCINATION**

Carlos Renato Lopes<sup>1</sup>

Universidade Federal de São Paulo

**Resumo:** O ensaio propõe uma articulação entre os conceitos de biopolítica e risco buscando entender o funcionamento do discurso negacionista em torno da pandemia da Covid-19 no contexto brasileiro, particularmente no que se refere à decisão de se vacinar. Entendendo biopolítica, a partir de Michel Foucault, como um conjunto de práticas heterogêneas, tecidas em rede e operando simultaneamente nas dimensões do saber, poder e subjetividade, mostro como o discurso do negacionismo científico em relação às vacinas confere materialidade a tal conjunto de práticas, ressignificando no nível das decisões individuais o que se propõe como política de saúde pública na governança das populações. Por meio da análise discursiva preliminar de um áudio circulando no início de 2021 em grupos de um aplicativo de mensagens, aponto para a construção local dos saberes sobre a vacinação, alicerçada aqui, em grande parte, na indistinção entre opinião e (des)informação e em argumentos de suposta autoridade científica.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Risco; Vacinação; Negacionismo; Discurso.

**Abstract:** The essay proposes an articulation between the concepts of biopolitics and risk in an attempt to understand the functioning of denialist discourse surrounding the Covid-19 pandemic in the Brazilian context, particularly with regard to the decision to vaccinate. Understanding biopolitics, with Michel Foucault, as a set of heterogeneous practices, interwoven in a network and operating simultaneously in the dimensions of knowledge, power and subjectivity, I demonstrate how the discourse of scientific denial concerning vaccines assigns a materiality to such set of practices, resignifying at the level of individual decisions what is proposed as public health policy in the governance of populations. Through the preliminary discursive analysis of an audio circulating in early 2021 in groups of a messaging application, I point to the local construction of knowledge about vaccination, based here in large part on the indistinction between opinion and (dis)information and on arguments of assumed scientific authority.

**Keywords:** Biopolitics; Risk; Vaccination; Denialism; Discourse.

**Submetido em 30 de janeiro de 2021.**

**Aprovado em 31 de março de 2021.**

---

<sup>1</sup> Professor Associado do Departamento de Letras, EFLCH, UNIFESP Campus Guarulhos. E-mail: carlos.lopes@unifesp.br.

*¿Qué pasa si ante la absurda, autoritaria e idiota respuesta estatal al coronavirus nos planteamos la autogestión social de la enfermedad, de la debilidad, del dolor, del pensamiento y de la esperanza?*<sup>2</sup>  
(María Galindo)

## **Introdução**

Durante o período em que este ensaio começa a tomar forma, é noticiada a seguinte afirmação do Ministro da Economia Paulo Guedes: “A vacinação em massa é decisiva e um fator crítico de sucesso para o bom desempenho da economia logo à frente” (PUPO, 2021). Citando Israel como exemplo de país que tem agido corretamente em sua política de imunização contra a Covid-19, já com resultados positivos quanto ao número de internação de idosos (redução de 60%), o Ministro tenta demonstrar esperança na retomada do emprego e do conseqüente poder de consumo dos brasileiros caso uma trilha semelhante seja traçada.

Ocorre que a voz de uma das supostamente mais poderosas figuras do governo Bolsonaro não parece refletir o que de fato se tem colocado em prática como política nacional de imunização desse mesmo governo. Chega a surpreender, pois vai em direção oposta, não necessariamente pelas declarações oficiais do Ministério da Saúde, mas antes pelos silenciamentos, pela inépcia quanto às crises emergenciais (especialmente no estado do Amazonas) – enfim, pelo retrospecto das decisões desencontradas e impeditivas relativas às negociações para aquisição e distribuição de pelo menos duas vacinas distintas.

Como base nem sempre explícita, ainda que sempre mobilizadora de tais políticas, iremos encontrar uma disposição para o *negacionismo científico*, tanto por parte do Presidente e de seus aliados mais próximos quanto de um segmento minoritário (porém significativo) da população que provavelmente votou em Bolsonaro.

O que se nega? Nega-se que a vacina – particularmente a Coronavac, de origem chinesa – possa ser segura e que não alterará o DNA dos indivíduos que a recebam (PASSARINI, 2020). Nega-se que o chamado tratamento precoce, à base de medicamentos como a hidroxicloroquina (para malária) e a ivermectina (vermífugo), seja inócua ou potencialmente maléfica para aqueles que investem em seu uso mediante a manifestação de sintomas iniciais. Nega-se, por parte do próprio ex-ministro Eduardo

---

<sup>2</sup> “O que acontece se, diante da resposta estatal autoritária e idiota ao coronavírus, nós reivindicamos a autogestão social da enfermidade, da fraqueza, da dor, do pensamento e da esperança?”

Pazuello, que esse tipo de tratamento, de que ele fez uso, tenha sido recomendado em qualquer comunicado oficial do Ministério da Saúde (SATIE, 2021). Nega-se, em proposta feita ainda em meados de 2019, o interesse em adquirir de um importante laboratório multinacional, hoje imunizando milhões de indivíduos em outros países, um lote de 70 milhões de vacinas para a população brasileira (MARTINS, 2021). Nega-se, em última instância, qualquer voz, vinda da ciência e veiculada pelas diversas mídias, que contrarie a ideologia propulsora do negacionismo, ainda que não se tenha podido prescindir da ciência em nenhuma etapa do longo processo de pesquisa, desenvolvimento e teste das vacinas com que hoje finalmente podemos contar.

Ou talvez não possamos contar com essas vacinas em um prazo tão desejavelmente curto. Pois as falhas evidentes surgidas na esteira desse longo processo, incluindo as tratativas comerciais com os laboratórios, a ausência de planejamento para aquisição de insumos – incluindo agulhas e seringas – e a impossibilidade de conter mais rapidamente o avanço do número de casos e de mortes por Covid, já em plena segunda onda, sinalizam para o efeito nefasto que o negacionismo pode ter em políticas nacionais de saúde como as que observamos hoje no Brasil.

Mas não somente aqui. O impacto da epidemia do Covid-19 em escala global tornou visível um espaço de conflito entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos envolvendo o papel da ciência nas sociedades e, em particular, o modo como a saúde das populações do planeta tem sido tratada e discursivizada no atual momento.

Meu olhar se volta para esse fenômeno do negacionismo científico, com foco na questão da vacinação contra a Covid-19 em fase inicial: seus supostos riscos, sua suposta ineficácia – a concreta materialidade discursiva que a significa. Parto da hipótese de que o negacionismo científico que paira sobre o governo Bolsonaro é elemento constituinte de uma biopolítica, e não meramente uma postura retórica isolada.

## **1. Biopolítica e negacionismo**

A noção de biopolítica emerge da necessidade de se compreender a relação intrínseca entre a vida das populações e as ações políticas que buscam regulá-la. Tal como Foucault concebeu o termo, biopolítica configura a entrada de fenômenos particulares à vida da espécie humana na ordem do conhecimento e do poder, tornando-se alvo de técnicas políticas específicas (FOUCAULT, 1995, 2012; LEMKE, 2011). Dessa forma, os objetos da biopolítica não seriam os indivíduos humanos singulares,

mas as características biológicas que passam a ser mensuradas, correlacionadas e submetidas a padrões de regularidade no nível dos grandes agregados de pessoas.

A relação entre vida e história recebia particular atenção em períodos de epidemia e fome. Entretanto, foi somente quando passou a haver condições de controlar minimamente tais desastres que a vida começou a se tornar objeto de saber, “e a espécie vivente, tomada como uma força que se pode modificar e repartir de maneira ótima, tornou-se objeto de intervenção” (PELBART, 2016, p. 54). Do momento em que o biológico adentra o campo político, o poder deixa de ser exercido sobre sujeitos de direito, cujo limite é a morte, e passa a incidir sobre os seres vivos, cuja vida deverá ser administrada. “O direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação de todas as necessidades, é a réplica política aos novos procedimentos do poder, tão diferentes do direito tradicional da soberania” (p. 55).

A vida torna-se, então, construto independente e objetivo: uma realidade coletiva que não se confunde, epistemologicamente, com a experiência concreta de cada indivíduo integrante da coletividade. É no nascimento da biopolítica que irão se consolidar disciplinas como a estatística, a demografia, a epidemiologia, a infectologia e a biologia propriamente dita. Tais disciplinas tornam possível “analisar os processos de vida no nível das populações e de ‘governar’ os indivíduos e coletivos por meio de práticas de correção, exclusão, normalização, disciplinamento, terapêutica e otimização”<sup>3</sup> (LEMKE, 2011, p. 5). Dessa forma, não apenas a vida ganha um papel central na política, mas a própria definição do que é política se transforma em consequência. No espaço do debate público sobre governança, ganham maior presença questões envolvendo, por exemplo, o aperfeiçoamento da qualidade de vida, o incremento da longevidade, o investimento em previdência social e medicina preventiva e, de modo mais geral, a proteção das populações contra riscos e perigos (p. 121).

A imunização em massa de uma população contra doenças contagiosas via vacinação constitui um mecanismo específico da biopolítica dentro dessa já não tão nova realidade. Por meio da vacinação, busca-se prevenir ao máximo a mortalidade potencialmente advinda de uma pandemia, como no caso particular da Covid-19. Quanto mais pessoas forem vacinadas, menor o número potencial de mortes: eis o princípio básico norteando as políticas de saúde pública a esse respeito. Ocorre que,

---

<sup>3</sup> Tradução nossa do inglês: “to analyze processes of life on the level of populations and to ‘govern’ individuals and collectives by practices of correction, exclusion, normalization, disciplining, therapeutics, and optimization”.

mesmo quando estipulada como obrigatória, a vacinação pode não ser requerida pela maioria de uma dada população, para uma determinada doença – mesmo se tratando de uma pandemia inédita como a que ora nos aflige. Parte desse fenômeno se deve justamente à resistência de um número significativo de indivíduos em se deixar conduzir por uma macrobiopolítica de saúde pública: seja por questões ideológicas ou religiosas, seja por falta de informação.

Negar-se a ser vacinado pode ser visto como uma resistência ao que se entende como uma “violação” do Estado à inalienável liberdade individual. Mas assim sendo, como conceber o negacionismo envolvendo a vacinação contra a Covid-19 como *biopolítica* (e não como seu correlato, a *necropolítica*, como é frequentemente sugerido?). Para dar conta desse aparente paradoxo, seria preciso olhar para os discursos que no governo Bolsonaro vêm se articulando de forma dispersa, mas suficientemente sistemática, desde pelo menos o primeiro registro de morte por Covid-19 em território brasileiro, em fevereiro de 2020.

## 2. Negacionismo e risco

Proponho que é possível que o negacionismo científico seja mais precisamente caracterizado como biopolítica quando visto sob o ponto de vista do risco. Reconhecer um comportamento ou uma política como sendo *de risco* implica a percepção de que em uma dada conjuntura sócio-histórico-cultural, tal comportamento ou política pode vir a ameaçar o bem-estar, a prosperidade e até mesmo a própria sobrevivência dos indivíduos aí situados.

Lupton (2013) descreve risco como algo que se pode gerenciar por meio de uma rede heterogênea de atores, instituições, saberes e práticas em interação. Dados sobre os possíveis riscos a que tal rede pode estar submetida são “coletados e analisados por pesquisadores médicos, estatísticos, sociólogos, demógrafos, cientistas ambientais, juristas, estatísticos, banqueiros e contadores, para citar apenas alguns”. Por ações conjuntas, mas também possivelmente em disputa, entre tais atores “o risco é problematizado, tornado calculável e administrável”<sup>4</sup> (p. 117). Aproximando tal concepção à teoria foucaultiana de biopolítica/biopoder, pode-se entender o risco como um *dispositivo*: uma espécie de tecnologia moral para o governo dos problemas sociais

---

<sup>4</sup> Tradução nossa do inglês: “collected and analysed by medical researchers, statisticians, sociologists, demographers, environmental scientists, legal practitioners, statisticians, bankers and accountants, to name but a few. [...] risk is problematized, rendered calculable and governable”.

lançando mão de “um conjunto heterogêneo de elementos discursivos, administrativos, técnicos, jurídicos, institucionais e materiais”<sup>5</sup> (LUPTON, 2013, p. 118) que, conjugados, atuam no exercício do poder. Particularmente relevante para nossa discussão aqui é o fato de que, nas sociedades capitalistas neoliberais dentre as quais nos encontramos, a *governamentalidade* do risco prevê não somente estratégias coercitivas que diretamente regulam as populações,

mas também, e mais importante, estratégias menos diretas que dependem do cumprimento voluntário dos indivíduos interesses e necessidades do Estado. Essas estratégias são diversas e multicêntricas, surgindo não apenas do estado, mas também de outras agências e instituições, como a mídia de massa. Um aspecto crucial da governamentalidade, conforme expresso nos estados neoliberais, é que a regulamentação e o disciplinamento dos cidadãos são direcionados ao indivíduo autônomo e autorregulado. Em vez de um estado soberano que busca impor o poder de cima usando meios abertamente diretivos, punitivos ou restritivos de disciplinar seus súditos e manter a ordem social, a governança neoliberal depende de formas produtivas e dispersas de autoridade.<sup>6</sup> (p. 118-9)

Ora, proponho pensar que as diversas formas de negacionismo, surgidas nos diferentes momentos da longa pandemia que ainda vivemos e articuladas de formas específicas por diferentes agências, envolvem todas elas uma percepção de risco à sobrevivência humana que justificaria as decisões tomadas em uma ou outra direção, de forma mais ou menos alinhada ao pensamento hegemônico. Nesse processo, observa-se como discursos baseados em “evidências científicas”, sejam sob quaisquer critérios, não necessariamente se opõem aos discursos baseados na subjetividade da experiência vivida. Esses discursos podem perfeitamente se integrarem na co-construção tanto das racionalidades subjetivas quanto das subjetividades institucionais acerca do risco (TULLOCH, 2008).

Do espectro de racionalidades que competem pela hegemonia das grades interpretativas sobre a vacinação contra a Covid, destacam-se aquelas que entendem que a economia do país só poderá ser retomada com alguma força se a maior parte da população tiver sido vacinada e estiver em condições mais seguras para trabalhar,

---

<sup>5</sup> Tradução nossa do inglês: “a heterogeneous assemblage of discursive, administrative, technical, legal, institutional and material elements”.

<sup>6</sup> Tradução nossa do inglês: “but also, and most importantly, less direct strategies that rely on individuals’ voluntary compliance with the interests and needs of the state. These strategies are diverse and multi-centred, emerging not only from the state but also other agencies and institutions, such as the mass media. A crucial aspect of governmentality as it is expressed in neo-liberal states is that the regulation and disciplining of citizens are directed at the autonomous, self-regulated individual. Rather than a sovereign state seeking to impose power from above by using overtly directive, punitive or constraining means of disciplining its subjects and maintaining social order, neo-liberal governance relies on productive and dispersed forms of authority”.

produzir e consumir, podendo circular com menos risco pelos espaços públicos. A lógica neoliberal que busca desesperadamente se perpetuar estaria assim traduzida (CAPONI, 2020; SAFATLE, 2020). Em oposição a essas, emergem com persistência outras racionalidades que se guiam por um viés mais explicitamente ideológico segundo o qual as vacinas são formas de prevenção com eficácia não comprovada e/ou com ação prejudicial ao organismo dos indivíduos, os quais poderiam, no limite, ter um chip implantado em seus corpos e seus DNAs alterados como uma intervenção diabólica, telecomandada pelo regime comunista da China – de onde, insiste-se, tudo teria emanado (JUCÁ, 2020; TOSTES, 2020).

Entre esses pólos, observamos outras formas de racionalizar que também entram em jogo na ponderação risco/benefício obtida pela decisão de se vacinar. Uma das mais persistentes entre essas se traduz no que se tem chamado de *tratamento precoce*. Consistiria na administração de medicamentos comumente receitados para outras doenças mediante o aparecimento dos primeiros sintomas da Covid-19. Condenado repetidamente pelos mais diversos órgãos de referência ao tratamento da pandemia, o tratamento precoce emerge como uma positividade discursiva cuja refutação – o movimento consensual de que tal tratamento simplesmente não existe! – pouco dissuadiu um número considerável de cidadãos brasileiros dispostos a seguirem as recomendações enunciadas por diversas vezes pelo próprio Presidente da República (GONTIJO, 2021; DIAS, 2021).

Em um momento crítico do “embate de versões” sobre a suposta eficácia do tratamento precoce da doença, o Ministério da Saúde cedeu à pressão de retirar do ar um aplicativo, alegadamente em teste, no qual medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina e doxiciclina (CANDIAN, 2021) figuravam como possíveis indicações a usuários de qualquer idade e com quadros sintomáticos bem variados.

De acordo com tal racionalidade, o risco de prejuízo à saúde de quem adere às recomendações é minimizado – ou, o que é mais frequente, estrategicamente descartado. A depender das fontes em que se busquem informações, será possível contemplar a disputa de narrativas entre: de um lado, pesquisadores, professores, políticos, jornalistas investigativos (de diversos canais de comunicação), médicos e enfermeiros na linha de frente dos tratamentos que clamam pela biopolítica da vacinação, para já e para o maior número de brasileiros e brasileiras; e de outro, figuras que possivelmente comporão

interseccionalmente essas mesmas categorias e que, no entanto, estão investidas na biopolítica do negacionismo, convencidas de que o risco de se vacinar é suficientemente forte para dissuadi-las da decisão.

O modo como se dá a contradição indisfarçável entre o que diz Paulo Guedes na citação com que inicio este ensaio e o que diz (ou dizia) seu “comandante” até o momento em que as vacinas finalmente são aprovadas pela Anvisa – instituição igualmente governamental – nos diz sobre o modo complexo como a biopolítica se exerce: distribuído, irregular, contestado. O risco envolvido em cada uma de suas táticas é o risco que se paga, afinal, por ser ela – antes de mais nada – uma *política*. E no sentido de uma primeira conclusão da discussão que venho traçando até aqui, cabe bem a formulação de Lemke (2011) acerca das racionalidades e tecnologias biopolíticas como definidoras da própria política na modernidade – política que, eu acrescentaria, está para além do que diz/dita ou silencia/omite um governo de turno, abarcando todo o conjunto de práticas sociais focadas na vida.

[A política] se tornou dependente de processos vitais que ela não pode regular e cujas capacidades de auto-regulação ela deve respeitar. No entanto, é justamente essa limitação que tem proporcionado à política muitas opções de diferentes formas de intervenção e organização. A política dispõe não apenas de formas diretas de comando autoritário, mas também de mecanismos indiretos para incitar e dirigir, prevenir e prever, moralizar e normalizar. A política pode prescrever e proibir, mas também pode incitar e iniciar, disciplinar e supervisionar, ou tornar ativo e dar vida. (p. 117)<sup>7</sup>

### 3. Fragmento de um caso emblemático

Ao reatualizar o conceito de biopolítica no contexto da pandemia de Covid-19, Lorenzini (2021) nos lembra de que o poder biopolítico não é exercido em nossas vidas somente “de fora”, mas tem sido, há pelo menos dois séculos, parte constitutiva do que somos: nossa *forma histórica de subjetividade*. Toda análise que mobilize o conceito de biopolítica de modo crítico deve contemplar necessariamente a dimensão da subjetividade. Que modos de subjetivação estão em jogo pela ação da biopolítica?

---

<sup>7</sup> Tradução nossa do inglês: “It has made itself dependent on life processes that it cannot regulate and whose capacities for self-regulation it must respect. However, it is precisely this limitation that has provided politics with many options for different forms of intervention and organization. Politics disposes not only of direct forms of authoritative command but also of indirect mechanisms for inciting and directing, preventing and predicting, moralizing and normalizing. Politics can prescribe and prohibit, but it can also incite and initiate, discipline and supervise, or activate and animate”.



Quer dizer, que sujeitos são pressupostos e que sujeitos nos tornamos nesse processo? Uma visada analítica nessa direção torna possível avaliar “como a regulação dos processos vitais afeta os atores individuais e coletivos e dá origem a novas formas de identidade”<sup>8</sup> (LEMKE, 2011, p. 119).

Em conjunto com as dimensões do poder e do saber, diretamente implicadas na investigação da biopolítica, essa dimensão da subjetivação vem compor uma compreensão mais abrangente de processos que incidem sobre os indivíduos enquanto pertencentes a grandes grupos populacionais bem como nos contextos mais situados de suas experiências cotidianas – por exemplo, no modo como se investem de uma autoridade conferida pelos cargos que exercem, pelos papéis familiares que ocupam, ou pela voz pública que projetam sobre suas comunidades locais e mais amplamente.

Uma questão que evidencia a interdependência dessas três dimensões da biopolítica, e que exploro nesta seção por meio da análise discursiva preliminar de um episódio específico, poderia ser articulada da seguinte maneira: *Como determinadas interpretações científicas ou não-científicas sobre a vida (sistemas de saber), que se tornam objetos de políticas públicas de saúde eventualmente implementadas ou contestadas (regimes de poder), podem determinar as condutas dos indivíduos na prática mesma de se constituírem como especialistas, porta-vozes, cidadãos ir/responsáveis, cientes ou não de seu dever para com o bem-estar da coletividade (modos de subjetivação)?*

Mais uma vez, ao tempo em que escrevo, observo novos desdobramentos dos fatos em torno das vacinas e da vacinação contra a Covid-19 – e de seus riscos. Quando as vacinas começam a se tornar disponíveis, eis que o discurso negacionista passa por adaptações. Passo ao episódio em foco. Em meados de janeiro de 2021, recebo em uma rede social o convite a me juntar a um abaixo-assinado endereçado ao Prof. Dr. Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciência. Nele, solicita-se atenção particular para um áudio linkado, “com conteúdo anticientífico e negacionista”, em que o professor e químico Marcos Eberlin discorre sobre as principais vacinas disponíveis no mundo no momento, classificando-as como mais ou menos arriscadas. A demanda é de que a Academia apresente uma “real posição” sobre a atuação de seu membro, aqui descrito como “um criacionista conhecido e auto-

---

<sup>8</sup> Tradução nossa do inglês: “how the regulation of life processes affects individual and collective actors and gives rise to new forms of identity”.

declarado [...], agente ativo no obscurantismo nacional” (CHANGE.ORG, 2021). De orientação conservadora, Eberlin integra o grupo nacional de professores universitários Docentes pela Liberdade, além de presidir a Sociedade Brasileira de Design Inteligente, teoria que busca conferir status científico ao criacionismo (ZANINI, 2021).

O áudio de 6min45s começa, no entanto, sem que o professor evoque essas credenciais. Tratando-se de mensagem em grupo de aplicativo, a identificação inicial se dá de modo bastante casual: “Oi, pessoal, aqui quem tá falando é o Marcos Eberlin, esposo da Elizabeth Eberlin. Ela me pediu pra que eu falasse pra vocês sobre a vacina”. Em seguida, menciona que alguém do governo (cujo nome não irá dizer) teria consultado a ele e ao Docentes pela Liberdade e que, tendo nos últimos dois dias pesquisado mais a fundo (junto a vários especialistas seus conhecidos) o muito debatido tema das vacinas, repassara ao governo a opinião que ele agora estava compartilhando com o grupo.

Já logo se observa a indistinção, apreendida na materialidade linguística, entre informação e opinião – traço recorrente do discurso negacionista. A posição subjetiva de autoridade, que vem indexicalizada na referência à consulta por parte do governo, é ao mesmo tempo dissonantemente reiterada pela menção ao breve período de dois dias de pesquisa. Um contradiscurso se anuncia aí quase que como questionamento lógico, o qual se poderia formular do seguinte modo: por que na biopolítica da vacinação uma instância oficial do poder político ouviria – ou sequer consultaria sobre – as recomendações de alguém que não é especialista em vacinas, epidemiologia, infectologia, ou área relacionada? O representante do governo, afinal, buscava informações ou opinião?

No fio do intradiscurso, começa então, conforme prenunciado, a sequência de avaliações sobre as vacinas disponíveis – nem todas aprovadas no Brasil, como se verá pela lista, ou mesmo adquiridas e submetidas à chancela da agência de saúde do governo brasileiro. “A AstraZeneca da Oxford e a Sputnik da Rússia são as piores, as mais arriscadas”. Por quê? Conforme a explicação/opinião em curso, porque carregam informação genética para dentro da célula, no núcleo do DNA, ocasionando assim uma “edição” desse DNA. Residiria aí o suposto risco: na manipulação do código genético e não na possível ineficácia global de imunização – sendo este último um referencial estatístico já mais amplamente difundido, ainda que também objeto de desinformação e contestação, particularmente no caso da Coronavac recém-aprovada pela Anvisa.

Um saber “novo”, pois, adentra a arena discursiva que os canais de mídia, dos mais aos menos tradicionais, nos vinham acostumando a acompanhar – um saber revestido de suposta cientificidade, no artifício de certo “tecnicismo” da descrição ora oferecida. Corroborando “aquela história que circula pela internet, todo mundo discutindo...”, o enunciador resume: “Pode não dar nenhum problema, mas o risco maior são essas duas”. E numa estratégia discursiva que gera o efeito de subjetivação dos enunciatários como agentes livres para escolher como haverá de se exercer sobre seus corpos a biopolítica, ouvimos: “Então, fujam delas o quanto vocês puderem, tá bom? A de Oxford e da Rússia. Se um dia te oferecerem, não tome”. Uma possível equivalência, por caminhos da memória discursiva, entre este último alerta e o enunciado “Se te oferecerem droga, (simplesmente) diga não” não será mero acaso.

O ranking do risco prossegue com a Coronavac: “segunda, de baixo pra cima”. Ela utiliza “um vírus inativado, e tal... tecnologia antiga”. Entretanto, conclui o não-especialista: “Há um risco, né, de você estar sendo infectado pelo coronavírus... inativado, mas é o coronavírus! Mas... é um risco razoável, e não é assim tão terrível. O máximo que pode acontecer é você ter Covid”. Torna-se difícil compreender de que forma um vírus inativado poderia infectar o organismo de um indivíduo. Uma contradição lógica se apresenta. Se, no entanto, a desconfiança no poder do significado de “inativado” como “inoperante, sem efeito” se insinua aqui, é porque está a serviço do dispositivo negacionista que se vai adensando ao longo da enunciação. Há *risco em tudo, não podemos nos esquecer*. Parece ser este o mote propulsor do discurso de negação – mote sempre audível a quem se (pre)dispõe a escutar.

Acrescente-se ao debate sobre a Coronavac o uso do advérbio “infelizmente” que o enunciador faz um pouco mais adiante, quando resume o que foi dito: “Em segundo lugar, a Coronavac. Infelizmente.” Sem dar explicações sobre por que seria ruim a vacina de origem chinesa ocupar tal posição em seu ranking particular, o enunciador faz emergir “somente” a orientação discursiva, ideologicamente saturada, assumida pela direita em relação a tudo que se refere à China – e mais especificamente, no cenário político em curso, a oposição forjada entre João Doria, governador de São Paulo, que negociou a vinda dessa vacina para o Brasil, e o Presidente da República, que nunca escondeu sua animosidade para o que se convencionou chamar “vacina chinesa”.

Vacina segura mesmo, de acordo com Eberlin, é a da Pfizer: uma vacina de RNA mensageiro, uma fita que entra na célula e é degradada. Assim, não há “possibilidade de editar o seu DNA” [...] O risco é menor, a tecnologia é mais nova, muito promissora”. Destaca-se aqui a insistência na avaliação de maior risco, a suposta edição do DNA, como principal “critério” para a decisão – risco esse sem qualquer evidência empírica e repetidamente descartado por especialistas ouvidos para além dos grupos de WhatsApp.

É necessário ressaltar como a avaliação que se tece sobre as vacinas ao longo do áudio vai construindo uma representação mercadológica de produtos disponíveis para consumo, os quais o cidadão consciente e livre poderá pré-avaliar e dentre os quais poderá livremente escolher. Ou talvez não, se ainda puder evitar. A biopolítica da pandemia se projeta aqui claramente para o nível das decisões pessoais, acima de qualquer outra consideração ampliada do risco para outrem, para o coletivo. Biopolítica neoliberal “de prateleira”: assim poderíamos chamar (sob o *risco* de reducionismo).

De todo modo, e sem pretensão de exaurir a análise discursiva abarcando todo o conteúdo do áudio, conto ter indicado na leitura desses primeiros minutos o modo de articulação – diria, inseparabilidade – das três dimensões da biopolítica no discurso negacionista. O discurso formulado aí ecoa uma voz de autoridade *não*-especialista, porém com pretense poder de influência sobre os que gerem as políticas de saúde oficiais do governo no combate à pandemia; ou talvez, numa escala de alcance mais local, o pretense poder de construir/reforçar subjetividades que, dentro de seus grupos já propensos a um “consenso de bolha”, adensam a onda negacionista. Isso se dá ainda que – num gesto oportuno de interpretação, arrisco a dizer – seja perfeitamente dispensável ao negacionista se assumir como negacionista para que as escolhas e condutas de sua (própria?) biopolítica trilhem tal direção.

### **Considerações finais – por um não fim**

Na dinâmica não menos acelerada dos acontecimentos pós-vacina em meio a novos picos de contaminação pelo coronavírus, vemos durante a escrita dessas considerações o discurso do Presidente Bolsonaro seguir “vacilante” entre ecoar as declarações do Ministro Guedes na introdução deste ensaio – de que é preciso vacinar em massa a população brasileira contra a Covid-19 – e negar tudo o que pode (e pôde

até agora) negar.

Apoio logístico e financeiro célere para regiões em situação de maior emergência; incremento nas provisões orçamentárias para pesquisa científica; exemplo pessoal de condutas como líder político de uma nação (AJZENMAN ET AL., 2020; LÖWY, 2020) tais como o distanciamento social e o uso e incentivo ao uso de máscaras; interrupção do discurso francamente hostil e revanchista nas relações internacionais com países parceiros... essas são algumas entre tantas outras negações sobre as quais a avaliação do risco a se correr tem apontado quase sempre para perdas sensíveis e crescentes no conjunto da população brasileira (em sua estruturação social profundamente desigual) e ganhos reais de quase ninguém.

A contribuição analítica que ofereço neste ensaio reside, no momento sociopolítico preciso em que o conluio, em interpor uma voz possível (ou modo de subjetivação) de resistência no interior de uma *biopolítica* que evitei até aqui ressignificar como *necropolítica* – talvez por ainda acreditar que a luta vigilante e bem informada para não deixar a morte vencer deva se sobrepor a qualquer tentativa de torná-la um mero “risco” que todos nós corremos.

## Referências

More Than Words: Leaders’ Speech and Risky Behavior During a Pandemic. *SSRN*. Postado em: 23 abr. 2020. Última versão: 02 nov. 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3582908>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CANDIAN, N. Após críticas, Ministério da Saúde retira do ar aplicativo que indicava remédios sem eficácia contra Covid. *Folha de S.Paulo*, 21 jan. 2021 às 14h46. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/apos-criticas-ministerio-da-saude-retira-do-ar-aplicativo-que-indicava-remedios-sem-eficacia-contracovid.shtml>. Acessado em: 21 jan. 2021.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos avançados*, v. 34, n. 99, p. 209-223, 2020.

CHANGE.ORG. Destituição de membro anticientífico e negacionista. 2021. Disponível em: <https://www.change.org/p/academia-brasileira-de-ci%C3%A7%C3%A3o-de-membro-anticient%C3%ADfico-e-negacionista>. Acessado em: 22 jan. 2021.

DIAS, R. Um dia após recorde de mortos, Bolsonaro volta a sugerir tratamento precoce. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/04/>

interna\_politica,1243445/um-dia-apos-recorde-de-mortos-bolsonaro-volta-a-sugerir-tratamento-precoce.shtml. 2021. Acessado em: 04 mar. 2021.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 22ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

GALINDO, M. Desobediencia, por tu culpa voy a sobrevivir. In: Vários Autores. *Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. S/L: Aspo, 2020.

GONTIJO, M. L. Médicos alertam para ineficácia de ‘tratamento precoce’ da Covid: ‘Famílias inteiras morrendo’. *GI*, 22/01/2021 05h30. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/22/medicos-alertam-para-ineficacia-de-tratamento-precoce-da-covid-familias-inteiras-morrendo.ghtml>. Acessado em: 23 jan. 2021.

JUCÁ, B. Chip na vacina, “virar jacaré” e outros mitos criam pandemia de desinformação na luta contra a covid-19. *El País*, 21 dez. 2020 às 12h26. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-20/chip-na-vacina-virar-jacare-e-outros-mitos-criam-pandemia-de-desinformacao-na-luta-contra-a-covid-19.html>. Acessado em: 20 jan. 2021.

LEMKE, T. *Biopolitics: An advanced introduction*. Tradução de Eric Frederick Trump. Nova York: New York University Press, 2011.

LORENZINI, D. Biopolitics in the time of coronavirus. *Critical inquiry*, v. 47, n. S2, p. S40-S45, 2021.

LÖWY, M. “Gripezinha”: o neofascista Bolsonaro diante da pandemia. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (Orgs.) *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6 Editora, 2020.

LUPTON, D. *Risk*. 2. ed. Nova York e Londres: Routledge, 2013.

MARTINS, H. Justificativas do Governo para recusar vacina da Pfizer não convencem. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/01/24/interna\\_nacional,1231871/justificativas-do-governo-para-recusar-vacina-da-pfizer-nao-convencem.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/01/24/interna_nacional,1231871/justificativas-do-governo-para-recusar-vacina-da-pfizer-nao-convencem.shtml). Acessado em: 21 jan. 2021.

PASSARINI, I. #Verificamos: É falso que vacinas contra a Covid-19 alteram material genético do ser humano. *Piauí*, 29 set. 2020 às 18h59. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/29/verificamos-vacina-material-genetico-coronavirus/>. 2020. Acessado em 19 jan. 2020.

PELBART, P. P. *Vida capital: Ensaio de biopolítica*. Versão em e-book. São Paulo: Iluminuras, 2016.

PUPO, F. Guedes defende vacinação em massa e diz que medida é decisiva para a economia. *Folha de S.Paulo*. 25 jan. 2021 às 15h57, atualizado às 17h48. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/guedes-defende-vacinacao-em-massa-e-diz-que-medida-e-decisiva-para-a-economia.shtml>. Acessado em: 22 jan. 2021.

SAFATLE, V. Bem-vindo ao estado suicidário. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (Orgs.) *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6 Editora, 2020.

SATIE, A. Após recomendar ‘tratamento precoce’, Pazuello nega indicar remédio para Covid. *CNN*, 18 jan. 2021 às 16:49 às 17:26. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/01/18/apos-recomendar-tratamento-precoce-pazuello-nega-indicar-remedio-para-covid>. Acessado em: 22 jan. 2021.

TOSTES, A. Pandemia, populismo e nova ordem social. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (Orgs.) *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6 Editora, 2020.

TULLOCH, J. Risk and subjectivity: Experiencing terror. *Health, risk & society*. Vol. 10, n. 5, p. 451-465, 2008.

ZANINI, F. Em áudio, químico critica ‘riscos’ de vacinas contra Covid que têm segurança comprovada. *Blog da Folha de S.Paulo*, 26 jan. 2021 às 8h04. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2021/01/26/em-audio-quimico-critica-riscos-de-vacinas-contracovid-que-tem-seguranca-comprovada>. Acesso em: 27 jan. 2021.